

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.263 - BA (2018/0272168-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : FILIPE FERNANDES PEDREIRA
ADVOGADO : LUIZ AUGUSTO REIS DE AZEVEDO COUTINHO - BA014129
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por FILIPE FERNANDES PEDREIRA desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – HC n. 8010880-70.2018.8.05.0000.

Depreende-se dos autos que foi formulada representação pela aplicação de medidas protetivas de urgência em favor de Clara Emanuel Santos Vieira, pois foi supostamente agredida e ameaçada pelo recorrente.

O pedido foi parcialmente acolhido, determinando-se ao recorrente: o afastamento do lar, a proibição de aproximação e contato com a ofendida, a proibição de frequência a lugares costumeiramente frequentados pela ofendida, além de proibição de contato com o filho comum do casal, ficando suspenso o respectivo direito de visitação pelo período de 90 (noventa) dias.

Após, em 17 de maio de 2018, o Magistrado singular acolheu a representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva do recorrente, tendo em vista a prática dos crimes de lesão corporal, injúria, difamação, ameaça e violação de domicílio no âmbito da relação doméstica e familiar.

Contra essa decisão insurgiu-se a defesa.

Entretanto, os desembargadores integrantes da Segunda Turma da Primeira Câmara de Direito Criminal denegaram a ordem de *habeas corpus*.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a defesa a ilegalidade, ante a ausência de fundamentos suficientes, do acórdão que manteve a custódia cautelar do recorrente. Pondera a "preclusão lógica das decisões em comento, afinal não é possível que se determine as medidas protetivas correspondentes, estas estejam sendo cumpridas, e no dia seguinte, se opte por decretar a prisão do recorrente sem qualquer fato novo" (e-STJ fl. 274). Assere, ademais, que o decreto construtivo foi justificado apenas no

depoimento da vítima, viciado e impregnado de raiva, descrevendo "diversas situações que não encontram respaldo em outras provas concretas da sua ocorrência, relatando supostas agressões, não comprovadas ou corroboradas com testemunhos idôneos, ocorrências policiais ou qualquer outro meio de prova" (e-STJ fl. 274). Destaca a primariedade do recorrente, bem como o fato de possuir residência fixa e profissão lícita.

Diante disso, pede, liminar e definitivamente, a revogação da prisão preventiva, com a correspondente expedição de alvará de soltura.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 292/294).

Informações prestadas (e-STJ fls. 303/340 e 341/344).

Parecer ministerial pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fls. 346/348).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações prestadas pelo Juízo 1ª Vara Criminal da Comarca de Santo Antônio de Jesus/BA, verifica-se que o recorrente, em 20 de outubro de 2018, foi beneficiado com a concessão da liberdade provisória.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo ao ora recorrente o benefício da liberdade provisória, o presente recurso – que objetivava, justamente, a liberdade do recorrente – perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator